

WORKSHOP ORGANIZADO POR:

---

Luis Borges Gouveia, Universidade Fernando Pessoa

Joaquim Borges Gouveia, Universidade de Aveiro

Luis Amaral, Universidade do Minho

João Álvaro Carvalho, Universidade do Minho

Workshop **Cidades Digitais**

15 de Outubro de 2003

WORKSHOP CIDADES E REGIÕES DIGITAIS: DESAFIOS E IMPACTO

# 4ª Conferência da Associação Portuguesa de Sistemas de Informação – UPT, Porto

---

15 de Outubro de 2003  
9h00 às 13h00

Luis Borges Gouveia  
lmbg@ufp.pt  
[http://www.ufp.pt/~lmbg/apsi03\\_wcrd.pt](http://www.ufp.pt/~lmbg/apsi03_wcrd.pt)

---

# Chamada de trabalhos

## Workshop Cidades e Regiões Digitais: desafios e impacto

Workshop integrado na 4ª conferência da Associação Portuguesa de Sistemas de Informação, a decorrer na Universidade Portucalense – Porto – 15 de Outubro de 2003. O workshop desenvolve-se na manhã de 15 de Outubro, entre as 9h00 e as 13h00.

Luis Borges Gouveia, Universidade Fernando Pessoa, Porto, Portugal, lmbg@ufp.pt

Joaquim Borges Gouveia, Universidade de Aveiro, Aveiro, Portugal, bgouveia@egi.ua.pt

Luis Amaral, Universidade do Minho, Guimarães, Portugal, amaral@dsi.uminho.pt

João Álvaro Carvalho, Universidade do Minho, Guimarães, Portugal, jac@dsi.uminho.pt

## Resumo

Este workshop tem por objectivo constituir-se como o pretexto para juntar a academia em torno de um tema no qual se encontram em início ou fase de apreciação um conjunto de projectos de âmbito nacional. Estes projectos constituem, no seu conjunto, uma oportunidade para o desenvolvimento de práticas e posturas face ao digital, normalmente referidas como Sociedade da Informação.

O Workshop discute o tema das Cidades e Regiões Digitais, não numa lógica de apresentação de projectos existentes, mas da reflexão dos desafios que se colocam e do impacto que se espera que estas tenham na sociedade portuguesa e na nossa capacidade de lidar com a informação.

**Palavras chave:** workshop, cidades e regiões digitais, sociedade da informação

## Tema

As cidades e Regiões digitais constituem-se como uma iniciativa, normalmente centrada no território que visa preparar a região para o impacto do digital e da sociedade da informação. Entre outras

---

preocupações, a preparação do governo local, a sua integração com o governo central e a adopção de práticas de governo electrónico são os pontos comuns a estas iniciativas quer em Portugal, quer no estrangeiro.

## Justificação do tema

O programa operacional da sociedade da informação (POSI) tem como uma das suas medidas de intervenção, proposta pelo governo Português, a criação e desenvolvimento de um conjunto de iniciativas de Cidades e Regiões Digitais a realizar até 2006. Importa, desta forma, a discussão de impacto e de como este tipo de iniciativas pode e deve potenciar o desenvolvimento de boas práticas tanto ao nível do uso de tecnologias de informação e da comunicação, como dos sistemas de informação e mesmo da gestão de informação. Por se tratar de um tema rico e complexo, é papel da academia criar um fórum de discussão que de uma forma transversal discuta as preocupações das cidades e regiões digitais, com o objectivo de garantir o bom aproveitamento das oportunidades que se colocam, a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos e um maior sentido de cidadania.

## Identificação do proponente

De forma a alargar o âmbito da discussão do tema e devido à sua importância, o proponente ficará enquadrado com a APSI – Associação Portuguesa de Sistemas de Informação. A APSI, pode, desta forma, repetir a realização deste workshop num futuro próximo, em função com os desenvolvimentos que se realizem no âmbito das iniciativas em curso de Cidades e Regiões Digitais.

## Objectivos do Workshop

- ? Elencar e enquadrar as principais preocupações a ter em conta no desenvolvimento de um projecto de Cidades e Regiões Digitais;
  - ? Permitir a realização de um ponto de situação do estado da arte dos desenvolvimentos e conceitos associados às Cidades e Regiões Digitais;
  - ? Proporcionar um fórum de debate sobre Cidades e Regiões Digitais, promovendo a troca de ideias e experiências dos seus participantes.
-

## Participação no Workshop

A participação no Workshop é aberta a todos os que pretendem participar. No entanto, e devido a restrições quanto ao limite das inscrições, cada participante deve submeter um texto que resume a sua posição sobre o tema, considerando os seguintes objectos de discussão:

- quais as preocupações que se devem considerar como as mais importantes para o desenvolvimento de Cidades e Regiões Digitais, em Portugal
- quais as áreas / aplicações / serviços que se assumem, de momento, como áreas de estudo e desenvolvimento com interesse académico

O texto a submeter não deve ultrapassar as 1500 palavras e constitui o meio de inscrição no Workshop. O número de participantes é limitado a um máximo de 14. O workshop organiza-se como um fórum de discussão presencial, em que se espera que cada participante intervenha activamente.

**Data para a entrega dos trabalhos: até 10 de Outubro de 2003**

**Notificação: entre 1 e 12 de Outubro de 2003, por correio electrónico**

**NOTA:** à medida que forem sendo recebidos os resumos, os autores vão sendo notificados e ocupando os lugares disponíveis no Workshop, pelo que se aconselha, como forma de assegurar a presença, o rápido envio dos artigos de opinião.

**Site do workshop:** [http://www.ufp.pt/~lmbg/apsi03\\_wcrd.htm](http://www.ufp.pt/~lmbg/apsi03_wcrd.htm)

Mais informações: Luis Borges Gouveia, [lmbg@ufp.pt](mailto:lmbg@ufp.pt)

---

# Lista de participantes

De acordo o estabelecido para o Workshop Cidades e Regiões Digitais, foram seleccionados os seguintes 14 participantes (que receberam um certificado de participação). Foram ainda aceites dois trabalhos adicionais e, no dia 15 de Outubro, assistiram ao Workshop mais 6 participantes, num total de 22 participantes, conforme descrito a seguir:

<b>nome do participante</b>	<b>email</b>	<b>filiação</b>	<b>conf.</b>
Luis Borges Gouveia	lmbg@ufp.pt	Universidade Fernando Pessoa	OK
Jorge Xavier	jorgexavier@energia.pt	Energia/Gaia Global	OK
Feliz Ribeiro Gouveia	fribeiro@ufp.pt	Universidade Fernando Pessoa	Ausente
Joaquim Borges Gouveia	bgouveia@egi.ua.pt	Universidade de Aveiro	Ausente
Luis Amaral	amaral@dsi.uminho.pt	Universidade do Minho	OK
Álvaro Rocha	amrocha@ufp.pt	Universidade Fernando Pessoa	OK
João Álvaro Carvalho	jac@dsi.uminho.pt	Universidade do Minho	Ausente
Sérgio Ferreira	sergio.p.ferreira@novabase.pt	Novabase	Ausente
Pedro Martins	pedro.martins@posi.pcm.gov.pt	POSI	OK
Paulo Teixeira	pteixeira@ipca.pt	Instituto Politécnico do Cávado e do Ave	OK
Bulas Cruz	jcruz@utad.pt	Universidade Trás os Montes e Alto Douro	Ausente
Pedro Paraiso	pparaiso@viseudigital.pt	Viseu Digital	OK
Ramiro Gonçalves	ramiro@utad.pt	Universidade Trás os Montes e Alto Douro	OK
Rui Lourenço	ruiloure@fe.uc.pt	Universidade de Coimbra	OK
<b>Contribuições adicionais</b>			
Sofia Gaio	sgaio@ufp.pt	Universidade Fernando Pessoa	Ausente
Diogo Assunção	diogo.assuncao@novabase.pt	Novabase	Ausente
<b>Assistiram ao workshop</b>			
António Serrano	amss@uevora.pt	Universidade de Évora	
Cláudio Miguel Sapateiro	csapateiro@est.ips.pt	Instituto Politécnico de Setúbal	
Nuno Pina Gonçalves	nunopina@est.ips.pt	Instituto Politécnico de Setúbal	
Manuel Sarmiento	sar@dei.isep.ipp.pt	Instituto Superior de Engenharia do Porto	
Maria da Conceição Neves	mcn@isep.ipp.pt	Instituto Superior de Engenharia do Porto	
Carlos Miguel Afonso	cafonso@ualg.pt	Universidade do Algarve	

# Cidades e Regiões Digitais, preocupações a nível local

Paulo Teixeira, pteixeira@ipca.pt  
IPCA – Instituto Politécnico do Cávado e do Ave

Palavras Chave: workshop, cidades e regiões digitais, sociedade da informação, juntas de freguesia.

## 1 Introdução

A sociedade actual encontra-se em transição para uma sociedade de conhecimento intensivo, baseada em poderosas infra-estruturas de tecnologia da informação e da comunicação. As cidades e organizações locais já não conseguem responder às necessidades e solicitações multicanal dos seus cidadãos, precisam por isso de adoptar novas estratégias no planeamento e organização das cidades físicas, que poderão ser complementadas com equivalentes virtuais.

Numa altura que, em Portugal voltam a ser analisados os projectos das regiões digitais, pareceu-nos oportuno fazer algumas referências a pontos menos explorados por estes projectos. Este documento centra-se no papel das Juntas de Freguesia como possíveis “objectos” de estudo, e catalizadores para a disseminação de soluções de governo electrónico.

## 2 Elementos a considerar no desenvolvimento de CRD em Portugal

Uma vez que nos referimos a cidades e regiões, estamos de alguma forma a limitar o nosso alcance geográfico, físico ou virtual, e como tal será de considerar a forma como esse âmbito geográfico é traduzido e aproveitado pelas cidades digitais na recolha e disponibilização de conteúdos.

A diversidade de projectos pode ser um factor de identidade local e de adaptação às características regionais, mas existem algumas especificidades locais que podem ser comuns a todo o país, e como tal o seu tratamento em conjunto pode ser gerador de sinergias que todos possam aproveitar.

A distribuição das Juntas de Freguesia (JF) de uma forma homogénea pelo território representa um elemento potenciador da disseminação de soluções e práticas de governo electrónico a ser explorado.

As JF partilham funções e competências semelhantes, teria por isso interesse modelar os seus processos de negócio de forma a desenhar uma solução de governo electrónico local, que incluísse todas as actividades internas e o seu relacionamento com o cidadão ou com outros níveis de governo. Este modelo poderia dar origem a uma solução de ERP alargado, passível de ser configurado para milhares de eventuais utilizadores.

As JF estando mais próximas e tendo um maior relacionamento do que as outras estruturas autárquicas com a maioria dos cidadãos, podem igualmente servir como ponte entre o utente e os diferentes órgãos de soberania.

### 3 Áreas de estudo e desenvolvimento com interesse académico

A nível académico parece-nos de salientar três pontos:

- I. As Instituições de Ensino Superior (IES) devido à sua massa crítica, devem contribuir activamente na elaboração e acompanhamento dos projectos de CRD. Para isso deverão contribuir para a discussão do tema, e desenvolver investigação aplicada, que conduza à proposta de soluções inovadoras adequadas à realidade local de cada projecto.
- II. A avaliação da qualidade das soluções apresentadas, deve igualmente merecer a atenção das IES. Esta avaliação pode ser encarada segundo diferentes perspectivas, de salientar, a capacidade de disseminação de soluções de governo electrónico, e não menos importante, a implementação técnica das propostas.
- III. Os projectos apresentados pretendem alcançar determinados objectivos. Caberá à comunidade académica avaliar a prossecução desses objectivos e o impacto, directo ou indirecto, da implementação de cada projecto nos limites geográficos alvo.

## Gestão da Informação nas Cidades e Regiões Digitais

Feliz Ribeiro Gouveia, fribeiro@ufp.pt  
Universidade Fernando Pessoa

A Gestão da Informação (GI) deve constituir uma preocupação central na problemática das Cidades e Regiões Digitais. O seu posicionamento face à Gestão dos SI e à Gestão das TI deve ser correctamente entendido, com especial relevo para as pessoas e para os conteúdos. As aproximações seguidas pelos governos de países anglo-saxónicos, ao preocuparem-se com as suas iniciativas de e-Governo, devem servir de referencial para estudos e projectos nesta área.

A informação digital, seja ela documental, de processo, comercial, privada ou de forma geral transaccional, e disponível em rede, adquire propriedades de autenticidade, integridade, disponibilidade, e acesso que necessitam de uma infra-estrutura própria. Essa infra-estrutura só pode ser fornecida pela Gestão da Informação; serviços de termos, autenticação e confidencialidade, indexação e localização de informação, devem ser previstos no ciclo de vida da informação. A nossa proposta coloca a Gestão da Informação no centro da estratégia de Cidades e Regiões Digitais, constituindo uma oportunidade única para repensar e refazer a gestão actual da informação, inadequada às exigências da sociedade moderna.

# Cidades e Regiões Digitais: as Tecnologias de Informação e Comunicação na promoção da participação dos cidadãos

Rui Pedro Lourenço, uiloure@fe.uc.pt

Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra, Portugal, INESC Coimbra,

## Introdução

Consultando o “Guia de Operacionalização” do projecto Cidades e Regiões Digitais disponibilizado pela UMIC, pode ler-se que o objectivo essencial do projecto é o de “desenvolver a Sociedade de Informação e do Conhecimento ao nível regional de forma a criar competências regionais aplicadas que criem valor económico para a região, aumentem a qualidade de vida dos seus cidadãos e promovam a competitividade das suas empresas e o seu desenvolvimento sustentado”. Mais à frente é apresentada uma lista com os sete grandes enfoques nacionais do projecto dos quais eu destacaria o 4º, nomeadamente, a “melhoria da qualidade da democracia através do aumento da qualidade da participação cívica dos cidadãos”. Apesar do carácter consensual deste objectivo, parece-me que as acções em curso dão -lhe menos importância do que aos restantes.

## Participação pública e seus pressupostos

Na sua plenitude, a participação cívica dos cidadãos implica a possibilidade de estes poderem influenciar efectivamente processos de decisão (de âmbito local) que afectam directamente a sua qualidade de vida. Se por parte dos cidadãos é possível identificar uma vontade crescente de participar nesses processos, nota-se ainda uma certa resistência à inclusão de cidadãos por parte dos organismos públicos. Assim, para que as tecnologias de informação e comunicação possam ter um papel essencial no fomento desta participação cívica, é necessário antes de mais o reconhecimento de que os cidadãos de uma determinada região possuem um conjunto de competências (profissionais, académicas, ...) que lhes permite contribuir de forma válida para a elaboração de propostas de acção, para a identificação de alternativas e para a avaliação das mesmas. É necessário que os processos de decisão sejam organizados de forma a permitir a participação informada dos cidadãos logo no início, ultrapassando assim as limitações impostas por inquéritos de opinião (que se limitam a recolher opiniões de circunstância, que não resultam de qualquer processo de reflexão nem têm por base qualquer tipo de informação credível), referendos locais (que apenas permitem a escolha entre opções previamente estabelecidas e não são por vezes acompanhados do necessário debate esclarecedor) ou processos de consulta pública. Estes últimos podem inclusivamente constituir uma forma de evitar a verdadeira participação pública ao apresentar um conjunto de posições cristalizadas e que de forma alguma serão alteradas como resultado do processo de consulta.

Uma vez garantido o interesse dos cidadãos e dos organismos públicos na participação em processos de decisão públicos é necessário, por um lado, ultrapassar a iliteracia dos cidadãos no que diz respeito às tecnologias de informação e comunicação e, por outro lado, criar a infra-estrutura de suporte necessária. Penso que estas são actualmente duas áreas de interesse prioritário nos projectos desenvolvidos no âmbito do programa Cidades e Regiões Digitais.

## Desenvolvimentos com interesse académico

O que falta então para que o objectivo de um maior envolvimento dos cidadãos possa ser conseguido? Do ponto de vista académico assume particular importância a concepção e desenvolvimento de sistemas que permitam o acesso “fácil” a informação disponibilizada em diferentes formatos (documentos textuais, mapas, ...) e de diferente tipo (informação orçamental, legislação e normas aplicáveis, ...). Para garantir uma participação pública esclarecida é essencial que os organismos públicos disponibilizem informação que permita aos cidadãos não só avaliar as propostas desses organismos, mas também elaborar e propor as suas próprias alternativas bem como proceder à sua discussão de forma fundamentada.

No contexto dos Sistemas de Informação Geográfica (SIGs) são consideradas abordagens participativas ao planeamento regional e local e foram propostos novos tipos de sistemas, tais como *Public Participation Geographical Information Systems e Planning Support Systems* que aliam à disponibilização de informação geográfica potencialidades de recolha de opiniões e organização de contribuições resultantes da participação pública dos cidadãos comuns.

Outra área de investigação onde o apoio à participação pública está a ser considerado é nos Sistemas de Apoio a Grupos (SAGs). Em 2002 Murray Turoff propôs o desenvolvimento de um *Social Decision Support System (SDSS)* para “apoiar grandes grupos na investigação de tópicos complexos acerca dos quais existam muitas opiniões diferentes e opostas”.

Um sistema de apoio à participação pública deve apoiar processos deliberativos, baseados em participação pública informada, permitindo que cidadãos comuns expressem e discutam os seus pontos de vista. Deve ainda promover a identificação de pontos de vista similares e conseqüentemente a elaboração de documentos comuns que reflectam propostas de acção ou alternativas. Os esforços para providenciar apoio computacional à participação pública podem ser enquadrados pelas seguintes ideias fundamentais:

- ? Ultrapassar restrições espaciais e temporais;
- ? Melhorar o acesso à informação;
- ? Melhorar a eficiência de execução conjunta de tarefas, nomeadamente a escrita colaborativa de documentos.

A fase inicial de uma discussão, quando os participantes exprimem as suas ideias e opiniões, é a chamada ‘fase divergente’. Durante esta fase, a geração de ideias pode ser fomentada através de técnicas de *brainstorming* aproveitando a sinergia resultante da interacção entre membros de um grupo. Neste contexto, o apoio computacional permite ultrapassar alguns problemas das reuniões face-a-face tais como ‘bloqueio de produção’ (quando um membro fala os restantes não podem exprimir as suas ideias) ou ‘receio da avaliação’ (a obrigatoriedade de identificação e/ou a diferença de estatuto pode inibir alguns membros). A fase seguinte, ‘fase convergente’, corresponde à organização e síntese das contribuições resultantes da fase anterior. Para tal podemos definir ‘estruturas discursivas’ ou ‘modelos de argumentação’ que permitem aos participantes classificar/organizar as suas contribuições. Podem também ser utilizados procedimentos automáticos de indexação e *clustering* de contribuições baseados em medidas estatísticas. Uma vez organizadas as contribuições é possível apoiar à sua síntese através de ferramentas de escrita colaborativa (*Collaborative Writing*). O resultado continuado do processo de participação resulta na construção de uma ‘memória colaborativa ou comunitária’, cumprindo o principal objectivo da fase convergente: a criação de um conjunto comum de conceitos, definições ou modelo entre os participantes. Partindo de técnicas utilizadas no apoio a grupos, procura-

se facilitar a geração e síntese de novas ideias, opiniões e propostas de acção, podendo depois apoiar ainda a escolha da opção preferida.

## Conclusão

No que diz respeito ao programa Cidades e Regiões Digitais penso que é necessário ir para além dos objectivos actuais (expressos nos projectos em curso) de criação de infra-estruturas, melhoria da literacia digital e da facilidade de acesso à Internet ou melhoria dos processos administrativos (incluindo as compras electrónicas). Afigura-se-me como da maior importância a promoção da participação activa e informada dos cidadãos nos processos de decisão públicos, como condição essencial de melhoria da sua qualidade de vida e de um maior sentido de cidadania. Penso que a comunidade académica pode e deve ter um papel importante na prossecução deste objectivo.

# Cidades e Regiões Digitais – Utopia ou Realidade?

## Questões e comentários baseados no Governo Electrónico Local

Álvaro Rocha, arocha@ufp.pt

Faculdade de Ciência e Tecnologia, Universidade Fernando Pessoa

Os parágrafos que se apresentam neste documento pretendem ser uma contribuição para a discussão das temáticas associadas à iniciativa Cidades e Regiões Digitais, do POSI (Plano Operacional para Sociedade da Informação). Neste sentido, desenvolvem-se algumas questões e comentários baseados no conhecimento sobre a situação do Governo Electrónico Local em Portugal.

1- O Guia de Operacionalização Cidades e Regiões Digitais apresentado recentemente pelo POSI (Setembro de 2003) começa na sua Introdução e Apresentação de Objectivos (p. 3) por afirmar que: “A Sociedade de Informação e do Conhecimento desempenha um papel nuclear em todos os tipos de actividade humana, induzindo novas formas de organização da economia e da sociedade, contribuindo para a criação de conhecimento e de valor económico. **O seu desenvolvimento é da responsabilidade de todos, sendo que o Estado deverá assumir um papel de catalisador e promotor de iniciativas** como acontece no caso das “Cidades e Regiões Digitais”.

Se o desenvolvimento é da responsabilidade de todos e se o estado deve assumir um papel catalizador e promotor de iniciativas, porque é que a Administração Local ainda está tão longe das metas desejadas, sendo muito poucos os bons exemplos de contribuição efectiva para o desenvolvimento da Sociedade da Informação Local?

A oportunidade desta questão advém do facto da Administração Local não ter sido até agora promotora de exemplos suficientes capazes de despoletarem uma dinâmica de envolvimento dos cidadãos na Sociedade da Informação. Veja-se, por exemplo, o alheamento de muitas Câmaras Municipais [Santos e Amaral 2003] e, sobretudo, da esmagadora maioria das Juntas de Freguesia do Minho [Rocha et al. 2003] na disponibilização de informação e serviços aos cidadãos assentes na Internet, nomeadamente através do uso de e-mails e Websites.

2- O mesmo Guia de Operacionalização Cidades e Regiões Digitais acrescenta no segundo parágrafo da Introdução e Apresentação de Objectivos (p. 3) que: “Sendo uma região, uma unidade ou entidade agregadora de características físicas e sociais similares, e o conhecimento, um activo valioso de uma economia, **a aplicação da Informação e do Conhecimento ao território aumenta a qualidade do conhecimento regional, criando competências e inovação regional.**”

Se a aplicação da Informação e do Conhecimento ao território aumenta a qualidade do conhecimento regional, criando competências e inovação regional, porque é que os elementos das Juntas de Freguesia possuem tão baixas habilitações académicas e tão diminuta sensibilidade tecnológica?

A pertinência desta questão assenta, neste caso, no facto da iliteracia não se verificar apenas ao nível das TIC mas sobretudo ao nível da leitura e da escrita, quando, na pior das hipóteses, devíamos estar apenas a discutir o nível de iliteracia

em TIC. Um estudo de 2001 [Rocha 2001] mostrou que as habilitações de 50% dos elementos das Juntas de Freguesia do Minho (Presidente, Secretário e Tesoureiro) eram iguais ou inferiores ao 4º ano de escolaridade. Actualmente, passados cerca de dois anos, estima-se que esta percentagem não tenha diminuído significativamente.

Será que se pode fazer alguma coisa para vedar o acesso de candidatos com tão baixas habilitações e aptidões às Juntas?

Obviamente que esta é uma questão geradora de muita polémica. A Constituição Portuguesa não permite qualquer filtragem. E os jovens com mais habilitações e capacidades que se candidatam em zonas rurais envelhecidas muito dificilmente têm hipótese de serem elegidos, porque são olhados de soslaio pelos mais idosos, população local maioritária. Esta elegerá na esmagadora maioria das vezes aqueles que conhecem há mais tempo e com os quais partilham as suas limitações literárias e tecnológicas.

Não estará na altura de mudar a Constituição Portuguesa, exigindo aos candidatos às Juntas de Freguesia habilitações e curriculum mínimo?

3- Estando a iniciativa Cidades e Regiões Digitais enquadrada no Plano de Acção para a Sociedade da Informação em Portugal, **advoga-se, em jeito de conclusão, que alguns dos objectivos deste plano só poderão passar da UTOPIA à REALIDADE se conseguirmos solucionar as questões enumeradas nos pontos anteriores.** Na nossa perspectiva, os objectivos deste Plano mais problemáticos e de difícil consecução são (POSI 2003):

...

*ii. Promoção de uma cultura digital, da habilitação e do conhecimento dos Portugueses para a Sociedade da Informação;*

*iii. Garantia de serviços públicos de qualidade, apoio à modernização da Administração Pública (Local), racionalização dos custos e promoção da transparência;*

*iv. Melhoria da qualidade da democracia (Local) através do aumento da qualidade da participação cívica dos cidadãos;*

...

## Bibliografia

POSI, 2003, Guia de Operacionalização Cidades e Regiões Digitais, Unidade de Missão Inovação e Conhecimento.

Rocha, A., 2001, Evaluation Information and Communication Technologies Use by Minho Parish Councils: The Internet Case: Proceedings of the ITS 12th European Regional Conference, Dublin, Irlanda, 2-3/9/2001.

Rocha, A., 2003, O e-Government nas Juntas de Freguesia do Minho, IN Gouveia, L. (Org.), 2003, Cidades e Regiões Digitais, Edições Universidades Fernando Pessoa.

Santos, L. e Amaral, L., 2003, O eGovernment Local em Portugal – Estudo da Presença das Câmaras Municipais Portuguesas na Internet em 2002, Gávea, Departamento de Sistemas de Informação, Universidade do Minho.

## Cidades Digitais e a abordagem nacional no contexto europeu

Jorge Xavier, jorgexavier@energaia.pt  
Energaia / Gaia Global

O modo como os diferentes países europeus e as suas regiões têm enquadrado a sociedade da informação, no planeamento dos fundos estruturais, é bastante diverso. Isso reflecte os diferentes contextos e os distintos pontos de partida, para que se possam alcançar os objectivos que a Europa determina para todos. As Cidades Digitais portuguesas não devem fugir a esta lógica. Importa alcançar o mesmo ponto de chegada, e não utilizar o mesmo meio, porque o ponto de partida não é o mesmo.

À excepção de Portugal, Grécia e Espanha, a generalidade dos países europeus optou por abordar a Sociedade da Informação de forma transversal, nas suas estruturas políticas e administrativas. Por este motivo, só estes três países têm planos operacionais nacionais. Acresce que, em Espanha, a orientação do programa operacional nacional é efectuada de baixo para cima, com origem em regiões com ampla competência e autonomia política, administrativa e até legislativa.

Por conseguinte, convém alguma prudência na importação de modelos e adopção de boas práticas, que não considerem estas diferenças.

As Cidades Digitais têm um carácter eminentemente transversal a diversas áreas da sociedade, uma multiplicidade de objectivos, uma grande diversidade de entidades envolvidas e carecem de parcerias público/privado para poderem satisfazer as necessidades dos cidadãos. Contudo, as instituições de referência, em grande parte dessas áreas, são tuteladas pelo governo central. Deste modo, não se pode exigir resultados aos promotores das Cidades Digitais, sobre questões que não lhes competem. Por conseguinte, urge encontrar formas adequadas para a avaliação do seu impacto, sob pena dos resultados não serem visíveis.

Os processos de transferência de tecnologia e a adopção de boas práticas nas Cidades Digitais são, fundamentalmente, determinados por órgãos políticos e pelas empresas. Parece importante que a academia reforce o seu papel nesta área e promova a investigação sobre este tema.

## Cidades Digitais, reflexões

Joaquim Borges Gouveia, bgouveia@egi.ua.pt  
DEGEI, Universidade de Aveiro

A realização de projectos de cidades digitais em todos o mundo tem vindo a aumentar segundo modelos e objectivos muito diferenciados e até distintos do ponto de vista conceptual.

Assim, cada projecto de cidade digital tem de se apoiar numa envolvente e num conceito muito específico do estado de maturidade da economia digital nessa cidade, na maturidade do estado de reorganização administrativa e na maturidade do projecto político dessa cidade.

Sem a cidade ter um objectivo de competir num espaço mais alargado e sem que haja vontade dos responsáveis políticos pela criação de uma imagem de modernidade na cidade e no município, muito dificilmente se poderá construir um projecto de cidade digital sustentável e baseado em factores determinantes da mudança dessa cidade ou município.

Neste contexto de mudança, o conceito de cidade digital tem como primeira função recontar a história da cidade e do município a ela associado de uma forma digital reconstruindo um conjunto de novas relações e disponibilizando um conjunto de serviços da autarquia aos cidadãos e permitindo criar um espaço de informação e de serviços digitalizados que muito ultrapassarão os serviços da autarquia. Estes a médio prazo tornar-se-ão um ponto de referência geográfico sem expressão na dimensão das muitas outras actividades digitais existentes na cidade digital.

São projectos que em todo o mundo começam a dar os primeiros passos, onde ainda hoje há muito pouca experiência de situações maduras e por isso é preciso continuar a experimentar e a analisar e comparar as realizações de umas cidades com outras procurando evitar erros e situações que uma vez experimentadas, conduziram a resultados menos interessante ou mesmo maus.

A nossa experiência com o projecto Gaia Global ainda está numa fase muito embrionária e se temos tido grande cuidado com o estudo e recolha da experiência de outros projectos nacionais e mundiais, continuaremos a ter um enorme cuidado com as soluções que adoptarmos numa perspectiva de que a tentativa e erro será um método fundamental para conseguirmos fazer deste projecto algo que nos permita recolher ensinamento e experiência para o tornar num marco positivo deste tipo de projectos de cidades digitais.

# Cidades Digitais, preocupações e promessas

Luis Borges Gouveia, lmbg@ufp.pt

Faculdade de Ciência e Tecnologia, Universidade Fernando Pessoa

## Introdução

Com o advento da Sociedade da Informação e da caracterização da sociedade actual como uma sociedade em rede (Castells, 2001), o ambiente em que vivemos pode ser visto como um entrelaçado de fluxos de informação a que indivíduos e organizações tem que se readaptar.

Outro dos aspectos que caracteriza a Sociedade da Informação é o recurso intensivo às Tecnologias de Informação, nomeadamente ao computador e às comunicações. Desta forma, a troca de informação é em grande parte realizada pela mediação de dispositivos que permitem considerar que um número crescente de interacções entre indivíduos e organizações se produz em formato digital e mediada por computador ou dispositivos baseados em computador.

Existem autores, como Ramonet (2002), para quem as Tecnologias da Informação (TI) jogam um papel ideológico central, para domesticar o pensamento. Este autor, da mesma forma que advoga a influência das TIs na nossa sociedade, defende igualmente que a riqueza das nações é resultado, no séc XXI, da massa cinzenta, do saber, da informação, da capacidade de inovação e já não da produção de matérias primas (Ramonet, 2002).

Parece pois existir a tentação de tomar as Tecnologias da Informação e, mais recentemente da Comunicação, como óptimas oportunidades para moldar novos hábitos e influenciar comportamentos profissionais e mesmo sociais. As políticas associadas à Sociedade da Informação, nomeadamente as iniciativas na União Europeia como é o caso o eEurope, propõe planos que incentivam o recurso às Tecnologias da Informação e da Comunicação em todas as áreas de actividade. Neste caso, destaque para os planos de acção eEurope 2002 (UE, 2000) e a sua revisão eEurope 2005 (UE, 2002).

## Iniciativas para a Sociedade da Informação

A iniciativa eEurope da União Europeia baseia-se na premissa de que a Internet é essencial para o crescimento económico, a criação de emprego e a melhoria da qualidade de vida – não apenas na Europa mas em tudo o mundo. O eEurope, de forma ambiciosa, pretende pôr em linha assim que possível todos os cidadãos da UE, de modo que a utilização da Internet se torne comum – no emprego, na escola ou em casa, através dum computador, dum telemóvel ou dum aparelho para ligar ao televisor, fomentando para a Europa uma cultura digital e que todo o processo seja socialmente inclusivo (CE/DGIC, 2002).

Tanto o eEurope 2002, como o eEurope 2005 têm como objectivo criar uma sociedade da informação inclusiva, mas a situação evoluiu após o ano 2000: algumas medidas ficaram concluídas e surgiram novos desafios. Assim, o segundo plano de acção actualiza as prioridades da UE e afina o processo (CE/DGIC, 2002).

O plano de acção 2002 era de largo espectro, tendo conseguido pôr a Internet no topo da agenda política europeia. O plano de acção 2005 está mais focalizado, incidindo no acesso efectivo, na utilização e na disponibilidade da Internet. O eEurope 2005

coloca os utilizadores no centro. A todos os níveis e em todas as medidas de execução, põe em realce a inclusão. A inclusão implica que os serviços essenciais devem estar disponíveis não só através de computadores pessoais, mas também da televisão digital interactiva, dos telemóveis de terceira geração e das redes de cabo. Deve ser assegurada a disponibilidade e utilização generalizada das redes de banda larga em toda a União em 2005, bem como na segurança das redes e da informação, na administração pública em linha, no ensino em linha, na saúde em linha e nos negócios em linha (CE/DGIC, 2002).

Desde 1997, com o Livro Verde para a Sociedade da Informação (MSI, 1997), já se percorreu um longo caminho. Mais recentemente, e também em termos nacionais, foi apresentado o plano de acção para a Sociedade da Informação (UMIC, 2003). Face a estas políticas e para o caso das Cidades e Regiões Digitais, importa refletir sobre:

- ? quais as preocupações que se devem considerar como as mais importantes para o desenvolvimento de Cidades e Regiões Digitais, em Portugal
- ? quais as áreas / aplicações / serviços que se assumem, de momento, como áreas de estudo e desenvolvimento com interesse e estabelecer quais os actores que melhor podem fazer o seu estudo: universidade, sector privado, projectos financiados, comunidades locais, ONGs, entidades sem fins lucrativos, administração pública local, ou central

Para esta reflexão serve como ponto de partida o recente documento de referência para os projectos de Cidades e Regiões Digitais, denominado como Guia de operacionalização das Cidades e Regiões Digitais (UMIC/POSI, 2003). De acordo com este documento, são seus objectivos (UMIC/POSI, 2003):

- ? alinhar a estratégia da iniciativa “Cidades e Regiões Digitais” com o Plano de Acção para a Sociedade da Informação (UMIC, 2003);
- ? garantir a implementação coerente dos Projectos a nível nacional, de forma a assegurar as metas e serviços mínimos a nível regional e um maior impacto estrutural a nível nacional (UE, 2002);
- ? assegurar a sustentabilidade económico -financeira das candidaturas;
- ? facilitar a apresentação de propostas pelos promotores e a sua avaliação e acompanhamento pelo Gabinete do POSI.

Verifica-se assim, uma preocupação com o alinhamento dos objectivos propostos no âmbito do eEurope e com a necessidade de garantir o maior impacto possível para os financiamentos disponibilizados no âmbito das cidades e regiões digitais, quer numa perspectiva de continuidade das acções e iniciativas promovidas, quer na resposta e execução dos pedidos de financiamento.

## A construção da Sociedade da Informação

É defendido neste texto, que a construção da Sociedade da Informação é feita tendo em atenção os indivíduos, fomentando as suas competências, nomeadamente associadas à informação, à comunicação e à obtenção de uma cultura digital. A Sociedade da Informação é vista como uma sociedade onde a interacção entre pessoas e pessoas e organizações é maioritariamente

realizada com mediação das Tecnologias da Informação e Comunicação e é de base digital, muito de acordo com o especificado em MSI (1997).

As redes baseadas nas comunidades locais apresentam, segundo Castells (2001), três características gerais comuns, embora possuam diferentes motivações para a sua formação e desenvolvimento:

- ? proporcionam informação das autoridades locais, bem como de associações cívicas e assumem-se como sofisticados boletins do dia a dia da cidade;
- ? facilitam e organizam a interacção electrónica e a troca de informação entre os elementos da comunidade;
- ? possibilitam a integração com sistemas de base electrónica de empresas e pessoas que, noutros contextos, dificilmente poderiam aderir a sistemas deste tipo.

A utilização da tecnologia, serviços e aplicações deve ter por referência o estado de desenvolvimento, as competências e a cultura para o digital das populações residentes do território, quer lá habitem, trabalhem ou visitem esse espaço. Acresce, por sua vez, que os indivíduos tem como referência um conjunto de organizações que usam no seu dia a dia, quer como parte da sua vida profissional e familiar, quer como suporte à sua sobrevivência, como é o caso da autarquia, do centro de saúde e do hospital, da escola e das lojas de comércio tradicional de proximidade, ou as grandes superfícies para abastecimento de primeiras necessidades.

No entanto, muitas organizações em causa não tem por limites, qualquer lógica local, sendo muitas vezes (talvez mesmo a maioria) empresas de carácter nacional ou mesmo transnacional. As lógicas associadas e os interesses estratégicos passam, a maior parte das vezes por tutelas que se encontram fora do território em causa. Mesmo perante a administração pública e muitos dos seus serviços, a tutela não é do governo local, mas do governo central.

No que respeita à lógica político-administrativa do território nacional, com as Juntas de Freguesia a constituírem-se como os órgãos de maior proximidade, verifica-se que a sua relação com o município, nem sempre é acompanhada de uma divisão de competências clara, tendo do ponto de vista das funcionalidades, uma lógica de não complementaridade que dificulta as transferências de informação e resposta ao munícipe, enquanto cliente do município, e ao freguês, enquanto cliente da freguesia.

Globalmente, depressa se percebe, que um dos grandes potenciais de cada comunidade, também se constitui como uma das suas fraquezas, do ponto de vista da organização do território vista numa perspectiva de cima para baixo: a diversidade cultural e de competências de cada comunidade. Acrescem factores como a dimensão demográfica, as actividades económicas principais (ou a falta delas), a riqueza do local e as suas vocações e identidade própria.

Desta forma, às cidades digitais, importa também garantir uma lógica de proximidade e de salvaguarda de cultura e identidade das comunidades. De outra forma, tal como Castells (2001) defende, muito dificilmente os indivíduos aderem a novas formas de interagir, quando se identificam melhor com as existentes, por mais racionais ou regras impostas do exterior, mostrarem o contrário. É que o valor acrescentado a existir, terá de ser sempre entendido pelo indivíduo a ser envolvido.

## Considerações finais

Percebe-se, resultado dos documentos produzidos recentemente, a entrada num período de maior maturidade a que naturalmente se seguirão medidas de verificação e o estabelecimento de listas de classificação de boas práticas e de projectos ou iniciativas modelo.

Pessoalmente, defendo que mais do que a preocupação com modelos económicos e de negócio que sirvam o propósito de garantir a sustentabilidade, de momento, deve ser dada prioridade ao desenvolvimento de critérios que avaliem do impacto das diferentes acções e iniciativas a desenvolver no terreno.

Em especial, estas métricas devem incidir não tanto nos aparatos tecnológicos, nem tão pouco na sua cobertura total do território/população, mas mais em comportamentos, hábitos e evolução das competências do cliente/cidadão/município que recorre a serviços no âmbito das cidades e regiões digitais.

## Referências

Castells, M. (2001). *The Internet Galaxy. Reflections on the Internet, business, and Society*. Oxford University Press.

CE/DGIC (2002). *Para uma Europa do Conhecimento A União Europeia e a Sociedade da Informação* Comissão Europeia, Direcção-Geral da Imprensa e Comunicação ISBN 92-894-4426-6

MSI (1997). *Livro Verde para a Sociedade da Informação em Portugal. Missão para a Sociedade da Informação / Min. da Ciência e da Tecnologia*.

Ramonet, I. (2002). *Guerras do século XXI. Novos medos, novas ameaças*. Campo das Letras.

UE (2000). *eEurope: plano de acção 2002*. União Europeia. Cimeira da Feira, Junho de 2000.

UE (2002). *eEurope: plano de acção 2005*. União Europeia. Cimeira de Sevilha, Junho de 2002.

UMIC (2003). *Uma Nova Dimensão de Oportunidades. Plano de Acção para a Sociedade da Informação*. Unidade de Missão, Inovação e Conhecimento. Presidência do Conselho de Ministros.

UMIC / POSI (2003). *Guia da Operacionalização das Cidades e Regiões Digitais*. Unidade de Missão, Inovação e Conhecimento e Programa Operacional para a Sociedade da Informação. Presidência do Conselho de Ministros.

## Uma reflexão sobre as Cidades Digitais

Luis Amaral, amaral@dsi.uminho.pt

Departamento de Sistemas de Informação, Universidade do Minho

*- quais as preocupações que se devem considerar como as mais importantes para o desenvolvimento de Cidades e Regiões Digitais, em Portugal*

Julgo que é chegada a altura de acabar com a “experimentação” e começar a resolver alguns “todos”. Com isto quero dizer que em muitas áreas de aplicação já não faz sentido promover projectos que tenham apenas como intenção a experimentação de soluções/construções ou o adquirir de experiência. Nessas áreas o que há a fazer é resolver de forma completa as necessidades dos cidadãos/organizações. Claro que esta opção impede o fazer-se um pouco de muita coisa, mas permite fazer muito em alguma coisa.

*- quais as áreas / aplicações / serviços que se assumem, de momento, como áreas de estudo e desenvolvimento com interesse académico*

Sem dúvida que as soluções peer-to-peer e de grid-computing são espaços onde terão de aparecer contributos interessantes, mas muito há a fazer nos domínios da sociologia, educação, psicologia e até economia.

## Os utentes face às Cidades e Regiões Digitais

Sofia Gaio, sgaio@ufp.pt

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Fernando Pessoa

São indiscutíveis as potencialidades e mais-valias que as Cidades e Regiões Digitais podem representar para os potenciais utentes, nomeadamente munícipes, turistas, entre outros. Mas tal como em outras tipologias de projectos on-line existe algum risco de se verificar uma discrepância entre a capacidade de criação e a efectiva adopção por parte dos públicos alvo. E isto resulta quase sempre da centralização de esforços ao nível da qualidade técnica dos projectos descurando-se a importância do estudo e entendimento das características, expectativas e necessidades dos sujeitos receptores, bem como, da adopção de políticas promocionais adequadas.

Neste âmbito e perspectivando a finalidade última das Cidades Digitais: a prestação de um serviço ao público, urge que o planeamento das Cidades Digitais compreenda entre outros:

- ? Um profundo conhecimento das características dos públicos-alvo e capacidade de adequação, por parte dos promotores, a essas características;
- ? Um esforço ao nível da implementação de mecanismos de *soft trust* que minimizem a percepção de risco habitualmente associada à transmissão de dados e transacções em ambiente on-line;
- ? A capacidade de tornar do conhecimento público as características, segurança e mais-valia dos projectos.
- ? A capacidade de criar uma imagem de marca de cada cidade digital.

# Guia operacional para as Cidades e Regiões Digitais

Pedro Martins, pedro.martins@posi.pcm.gov.pt

POSI, Programa Operacional para a Sociedade da Informação

## Introdução

A nova gestão do POSI (Setembro de 2002), aquando a sua nomeação, deparou-se com algumas candidaturas já aprovadas, inúmeras candidaturas à medida 2.3 enquadradas numa lógica local e não e regional e com algumas sobreposições territoriais entre candidaturas;

Face a esta realidade, desenvolveu junto dos promotores um esforço de organização e negociação de forma a evitar sobreposições territoriais entre candidaturas. Apelando a um esforço dos actores regionais no sentido de juntarem esforços e criarem uma verdadeira estratégia de desenvolvimento regional, baseada na SI e do conhecimento.

Este esforço culminou com a elaboração de um documento de visão estratégica, apresentado aos promotores no dia 15 de Janeiro de 2003, no CCB.

Mas com

- iii) a apresentação do Plano de Acção para a Sociedade de Informação em Junho de 2003;
- i) a elevada complexidade do tema “Cidades e Regiões Digitais”;
- ii) e a experiência e aprendizagem adquirida por todos os intervenientes desde o início do programa.

O POSI e a UMIC decidiram criar um guia operacional de forma a:

- ? - Alinhar a estratégia da iniciativa “Cidades e Regiões Digitais” com o Plano de Acção da SI;
- ? - Garantir a implementação coerente dos Projectos a nível nacional, de forma a assegurar as metas e serviços mínimos a nível regional e um maior impacto estrutural a nível nacional;
- ? - Assegurar a sustentabilidade económico-financeira das candidaturas, uma vez que é o projecto da Sociedade de Informação com maior envelope financeiro em Portugal;
- ? - Facilitar a apresentação e a avaliação de propostas pelos promotores, e o acompanhamento pelo Gabinete do POSI.

### O Guia de Operacionalização das Cidades e Regiões Digitais:

Este guia não é mais do que um plano de implementação da sociedade de informação e conhecimento para o nível local, com o objectivo de desenvolver a Sociedade de Informação e do Conhecimento ao nível regional, de forma a criar competências regionais que aplicadas criem valor económico para a região, aumentem a qualidade de vida dos seus cidadãos e promovam a competitividade das suas empresas e o seu desenvolvimento de forma sustentada.

## Como é que então asseguramos este impacto regional?

O Posi definiu 23 metas concretas e directas de impacto regional, executados por doze projectos chave, agrupados em quatro vertentes de desenvolvimento e totalmente articulados com os Pilares dos Planos de Acção da Sociedade de Informação.

Estas metas irão estar contratualmente formalizadas de forma a garantirmos um patamar mínimo de desenvolvimento da SI ao nível Local

## Que instrumentos financeiros do POSI?

Esta estratégia de desenvolvimento regional, baseada na SI e do conhecimento não se limita apenas a uma candidatura a uma medida do POSI neste caso à 2.3 (Projectos Integrados: das Cidades Digitais ao Portugal Digital), mas sim aos vários instrumentos de financiamento que o Programa Operacional para a Sociedade de Informação tem e que fazem sentido estarem totalmente em sintonia de forma a atingir as metas propostas.

Assim os promotores de projectos cidades regiões digitais além de uma candidatura à medida 2.3 deverão fazer uma candidatura às medidas

- 1.1– Diploma de Competências Básicas (no domínio das tecnologias de informação e comunicação);
- 2.1 – Acessibilidades (criação de espaços Internet);
- 2.4 – Acções Integradas de Formação.

O nosso objectivo foi o de criar um veículo integrador de uma visão estratégica de desenvolvimento regional baseada na Sociedade de Informação, independentemente da organização do POSI.

# Impacto versus Entendimento das Cidades Digitais

Pedro Paraíso, pparaiso@viseudigital.pt

Lusitânia – Agência de Desenvolvimento Regional, Viseu – Portugal

## Nota Prospectiva, Que Futuro?

As cidades e regiões, pela natureza específica das mesmas, representam um modelo compósito das diferentes mudanças provocadas pela Sociedade de Informação ao nível das relações sociais, económicas e culturais. Neste contexto admite-se como impacto crucial desta nova organização a partilha de um vasto conjunto de interesses e objectivos no desenvolvimento das diferentes soluções que paulatinamente vão desenhando uma nova realidade urbana.

A expressão democrática das necessidades actuais e futuras dos utilizadores e a implementação das soluções aplicacionais materializam o melhor indicador de impacto das Cidades e Regiões Digitais, assumindo estas, o papel de manutenção do entendimento operacional face aos diferentes riscos, oportunidades e implicações decorrentes da utilização das tecnologias de informação e comunicação ao nível da vida localizada.

Diferentes áreas do saber procuram analisar os complexos relacionamentos entre a vida social dos espaços geográficos delimitados e a tecnologia. Dependendo das diferentes oportunidades locais em gerar dinâmicas organizacionais, alguns dos futuros exemplos das nossas Cidades e Regiões Digitais tenderão a promover a conectividade aos diferentes níveis: social, económico, tecnológico e ao nível dos diferentes workflows promovendo o conceito de rede.

Esta nova Rede apresenta como factor distintivo, das demais formas organizacionais verificadas no passado, o facto de não possuir centralidades pré-definidas e rígidas. A caracterização deste novo sistema global fundamenta-se em níveis de grande flexibilidade, determinados e reorientados pelo próprio sistema. Neste contexto a competitividade das comunidades locais será maior do que nunca de forma a materializarem expressão activa nesta nova rede global. A disponibilidade e qualidade de um conjunto de infra-estruturas, de soluções aplicacionais e serviços são as condições necessárias para o estabelecimento e desenvolvimento da conectividade.

Neste contexto e como membros de uma nova realidade arquitectónica espera-se que as Cidades e Regiões Digitais possam ser revistas como infra-estruturas informacionais, novas ferramentas de democracia local, como espaço virtual de experimentação e expressão e ainda um vasto conjunto de recursos aplicacionais com vista à resolução de problemas e tomada de decisões do dia-a-dia do utilizador o designado e-cidadão.

Desta forma promove-se a mudança ao nível dos meios e objectivos de relacionamento entre pessoas e destas com o espaço geográfico. No entanto esta vaga de mudança não nos permite descurar a importância do espaço, bem como, não esquecer que as comunidades são a razão de ser de todo este processo de desenvolvimento que se procura sustentado. Ratifica-se desta forma o pensamento de John Eger “Cities have no choice, to aggressively embrace information technology as a catalyst for transforming life and work ... or be cut-off from the mainstream of economic development.”

O conceito de redes materializa o factor crítico de sucesso neste complexo processo transformacional quer de uma forma implícita e explícita. Esperemos que todo este processo não venha a terminar numa ilusão digital em que pessoas, organizações e órgãos reguladores somente assumem o papel menor de utilizadores e não de construtores.

## Local.gov – uma revolução em curso

Sérgio Ferreira, sergio.p.ferreira@novabase.pt  
Novabase

### A Necessidade pela Mudança

As autarquias modernas devem estar em contacto com as pessoas, disponibilizar serviços de alta qualidade e demonstrar visão e liderança às comunidades locais. A administração pública local tem um papel fundamental na melhoria da qualidade de vida das pessoas.

A mudança é assim uma necessidade para que as autarquias possam realizar este potencial. A antiga cultura e forma de estar, paternalista e olhando sempre para dentro, tem de ser eliminada. A forma como as autarquias baseiam a sua forma de operar tem de ser renovada.

A introdução de nova legislação de modo a estabelecer uma nova forma de trabalhar, poderá fornecer oportunidades e incentivos para que as autarquias se modernizem. A iniciativa Cidades e Regiões Digitais jogam aqui um papel fundamental na modernidade da administração pública local. A parceria entre o governo central e local é imprescindível para a motivação e gestão do processo de mudança em curso. As autarquias podem fazer já hoje em dia muito para reformarem o modus operandum instituído, e muitas autarquias iniciaram já o caminho da sua modernização.

O estabelecimento e eleição de centros de excelência em autarquias modelo são uma das formas de potenciar e uniformizar um Portugal Digital. As autarquias que estão mais em contacto e mais próximos da população local, e que têm ligações eficientes e fortes com os negócios, têm estruturas moderadas de gestão e entregam melhor e maior valor à comunidade deverão ser claramente os eleitos para estes centros de excelência. Esta forma de estar mais próximo da comunidade e de organizar a forma de operar da autarquia em torno das necessidades da comunidade que serve, dará cada vez maior objectividade para que se aja em benefício da comunidade local.

A melhoria da democracia local reforçará a responsabilização directa das pessoas da comunidade, através de uma mais fácil transmissão de opinião dos eleitores para os seus representantes nas autarquias. Esta poderá ser conseguida através de consultas à comunidade sobre planos e serviços da autarquia, através de referendos locais. A introdução do voto electrónico, voto postal e pontos de voto móveis poderão facilitar e agilizar todo este processo.

A melhoria e consolidação da contabilidade financeira das autarquias é, no entanto, fundamental para a concretização desta modernização. O controlo e a transparência orçamental das autarquias é muito importante que esteja garantida e seja pública de modo a que o governo possa garantir a estabilidade no financiamento destas.

## Melhorar o Serviços Públicos Locais através de Maior Valor Entregue

Bons serviços públicos locais são fundamentais para a qualidade de vida das pessoas. As autarquias deveriam estar obrigadas a assegurar o melhor valor na entrega dos serviços que prestam. Para tal, um conjunto de indicadores de desempenho a nível nacional deveria ser estabelecido para medir a eficiência, custo e qualidade dos mesmos.

O resultado destas avaliações deveria servir para que em comparação com outros, as autarquias com pior desempenho tivessem que apresentar planos para rever a sua situação, definindo claramente quais os objectivos que estabelecem atingir (como e quando).

As auditorias e inspecções aos desempenhos e relatórios das autarquias deveriam ser conduzidos por auditores externos que assegurassem que os mesmos são precisos e realistas, garantindo que o processo é independente e fiável.

A promoção do bem estar da comunidade deverá ser sempre o mote e objectivo fundamental desta mudança em curso na administração pública local. Uma liderança eficaz é o coração do moderno governo local. As autarquias terão o dever de promover o bem estar económico, social e ambiental da sua área de responsabilidade. Para atingir tais objectivos deverão trabalhar em conjunto com outras organizações públicas, privadas e voluntárias e com pessoas locais. O fortalecimento da forma de trabalhar em parceria para derrubar barreiras e da promoção da inclusão social são pontos fundamentais neste caminho a trilhar. Estas novas aproximações aos serviços públicos autárquicos deverão preferencialmente ser testados através de pilotos, os quais permitam confirmar o sucesso das iniciativas, garantindo a eficácia dos investimentos a realizar.

O governo central tem neste sentido um papel dominante, no garantir da disponibilização dos financiamentos necessários para o investimento de capitais nas infra-estruturas básicas dos serviços públicos. Os novos investimentos serão sempre para modernização e para o premiar e distinguir das autarquias que melhor utilização façam dos seus recurso e activos deveria ser uma realidade.

Esperemos assim que o último trimestre deste ano de 2003 traga novidades neste sentido, permitindo assim que a iniciativa Cidades e Regiões Digitais contribua realmente para a modernização da Administração Pública Local e definitivamente para uma melhoria da qualidade de vida das populações ao nível económico, social e ambiental.

## Objectos de discussão nas Cidades Digitais

Diogo Assunção, diogo.assuncao@novabase.pt  
Novabase

- quais as preocupações que se devem considerar como as mais importantes para o desenvolvimento de Cidades e Regiões Digitais, em Portugal

Na minha opinião as maiores preocupações que devemos ter com o desenvolvimento das Cidades e Regiões Digitais prendem-se com a racionalização dos investimentos a realizar. Sendo Portugal um país com recursos escassos devemos ter particular atenção ao retorno dos investimentos a realizar, nomeadamente no que diz respeito à abrangência de populações, serviços a prestar e tecnologia de suporte necessária.

Parece-me que a procura de economias de escala no desenvolvimento das estruturas de suporte para as Cidades e Regiões Digitais deveria ser algo a colocar em discussão, com as necessárias preocupações relativamente às especificidades e interesses regionais que não podem ser ignorados.

A racionalização dos investimentos não implica necessariamente a redução do investimento, implica sim a promoção da utilização dos seus resultados; ou seja, é necessário desenvolver aplicações com verdadeira utilidade para os cidadãos, cuja utilização seja democrática (através de interfaces intuitivas, da disponibilização dos pontos de acesso Internet, e da utilização diversificada e inteligente dos canais disponíveis) e que não sejam apenas “mais uma” aplicação ao dispôr da sociedade civil. A integração do que já existe disponível, a partir das necessárias capacidades de interoperabilidade das plataformas a implementar, evita a redundância de soluções e, portanto, um maior retorno dos investimentos realizados no passado ou a realizar...

- quais as áreas / aplicações / serviços que se assumem, de momento, como áreas de estudo e desenvolvimento com interesse académico

Neste capítulo parece-me que há uma área que pode ser muito interessante: a análise da opinião popular na sua participação no governo local electrónico. A criação de modelos de análise e estatísticos que permitam a extrapolação de resultados de consultas populares pela Internet para aplicação à população em geral, tendo em consideração as características dos utilizadores da região, pode ser um instrumento muito útil para a exploração deste canal como uma fonte de decisão para os governos locais.

O envolvimento dos diferentes sectores da sociedade civil na cidade digital é necessário para assegurar a representatividade suficiente para tornar as consultas por este canal significativas. A caracterização dos segmentos da população que utilizam este meio é necessária para projectar os resultados das consultas na generalidade da população.

Assim parecem-me interessantes para desenvolvimento académico as matérias relacionadas: meios de divulgação da solução para alargar o âmbito da participação na cidade/região digital, meios e atributos necessários para a caracterização da população utilizadora da solução de cidade digital, modelos de projecção das consultas a esta população na população em geral por forma a dar significado regional aos resultados da consulta.



E-BOOK PATROCINADO PELO PROJECTO DE  
CIDADE E REGIÃO DIGITAL DO CONCELHO DE GAIA

---

Gaia Global

<http://www.gaiaglobal.pt>



20 de Outubro de 2003

Luis Borges Gouveia  
lmbg@ufp.pt